



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Incidente de Julgamento de Recurso de Revista e de Embargos Repetitivos

0020310-67.2023.5.04.0201

Relator: MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

Tramitação Preferencial
- Idoso

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 19/02/2025

Valor da causa: R\$ 56.545,84

Partes:

SUSCITANTE: Ministro Aloysio Corrêa da Veiga - Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

SUSCITADO: TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

RECORRENTE: SERGIO ARTUR JARDIM DA SILVA

ADVOGADO: MAURICIO PEDRASSANI

ADVOGADO: ANTONIO ESCOSTEGUY CASTRO

ADVOGADO: PEDRO LUIZ CORREA OSORIO

ADVOGADO: MARTHIUS SAVIO CAVALCANTE LOBATO

RECORRIDO: COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN

ADVOGADO: THAIS DA ROSA MALLMANN

ADVOGADO: DIOGO ANTONIO PEREIRA MIRANDA

ADVOGADO: GILBERTO STURMER

ADVOGADO: GAUDIO RIBEIRO DE PAULA

CUSTOS LEGIS: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Superior do Trabalho

PROCESSO Nº TST-IncJulgRREmbRep - 0020310-67.2023.5.04.0201

SUSCITANTE : **Ministro Aloysio Corrêa da Veiga - Presidente do Tribunal Superior do Trabalho**

SUSCITADO : **TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

RECORRENTE : **SERGIO ARTUR JARDIM DA SILVA**

ADVOGADO : Dr. ANTONIO ESCOSTEGUY CASTRO

ADVOGADO : Dr. PEDRO LUIZ CORREA OSORIO

ADVOGADO : Dr. MARTHIUS SAVIO CAVALCANTE LOBATO

ADVOGADO : Dr. MAURICIO PEDRASSANI

RECORRIDO : **COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO CORSAN**

ADVOGADO : Dr. DIOGO ANTONIO PEREIRA MIRANDA

ADVOGADO : Dr. GILBERTO STURMER

ADVOGADO : Dr. GAUDIO RIBEIRO DE PAULA

ADVOGADA : Dra. THAIS DA ROSA MALLMANN

CUSTOS

LEGIS : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO**

MCP/rlc

D E C I S Ã O

Trata-se de **Incidente de Julgamento de Recursos de Revista e de Embargos Repetitivos** suscitado pelo Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho para apreciação, na forma do **art. 896-C da CLT**, de questão de direito alusiva à higidez de norma condicionando promoções por antiguidade a requisitos outros que não apenas a passagem do tempo.

O Tribunal Pleno acolheu a proposta de afetação à constatação de que satisfeitos os requisitos do **art. 896-C, caput, da CLT**, assim consideradas a **multiplicidade de recursos de revista fundados em idêntica questão de direito**, a **relevância da matéria** e a existência de **efetiva e atual divergência de entendimentos** entre as Turmas do Tribunal Superior do Trabalho.

Distribuídos por sorteio, na forma do **art. 281, § 3º, III, do Regimento Interno do TST**, os autos vieram-me conclusos.

Em cumprimento ao disposto nos **arts. 284, I, do RITST, 896-C, caput, da CLT e 928, parágrafo único, e 1.037, I, do CPC**, formulo nos seguintes termos a controvérsia jurídica submetida a julgamento:

É válida a norma regulamentar que considera, nas promoções por antiguidade, além do tempo de serviço, critérios objetivos de avaliação, como a vinculação do número de trabalhadores promovíveis às disponibilidades financeiras da empresa?

Assim definida a questão jurídica posta à deliberação desta Corte Superior, determino:

a) a expedição de ofícios aos Presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho para que, no prazo de **quinze dias**, forneçam as **informações** que reputarem pertinentes e **remetam** a esta Relatora até dois recursos de revista **representativos** da controvérsia (**arts. 896-C, §§ 4º e 7º, da CLT e 284, III, do RITST**);

b) a publicação de **edital**, que deverá ser divulgado no *site* do Tribunal Superior do Trabalho na *internet*, fixando prazo de **quinze dias** para que pessoas, órgãos ou entidades interessadas se manifestem sobre a controvérsia, se assim o desejarem, inclusive quanto à sua admissão no feito, como *amici curiae* (**arts. 896-C, § 8º, da CLT e 284, IV, do RITST**);

c) o encaminhamento de cópia desta decisão aos demais Ministros da Corte (**art. 284, V, do RITST**); e

d) o envio de cópia desta decisão ao Exmo. Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho para os fins previstos nos **arts. 896-C, § 3º, da CLT e 285 do CPC**

e) Por ora, não determino a suspensão processual a que aludem os arts. 896-C, § 5º, da CLT e 284, II, do RITST;

Recebidas as informações e manifestações, ou decorridos os prazos, dê-se vista dos autos às partes e, sucessivamente, ao Ministério Público do Trabalho, por **quinze dias**, nos termos dos **arts. 896-C, § 9º, da CLT e 284, VI, do RITST**.

Publique-se.

Brasília, 15 de maio de 2025.

MARIA CRISTINA IRIGOYEN PEDUZZI

Ministra Relatora

